

Rodrigo Davi Almeida*

ALGUMAS POSIÇÕES POLÍTICAS DE JEAN-PAUL SARTRE SOBRE A GUERRA DA ARGÉLIA (1954-1962)

Resumo: Trata-se da apresentação e da análise das posições políticas de Jean-Paul Sartre (1905-1980) sobre a Guerra da Argélia (1954-1962). Este texto, com modificações, integra um dos capítulos de minha Tese de Doutorado, intitulada “As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)”. O artigo está dividido em quatro seções: “A dialética do colonialismo”; “A violência do colonialismo: o racismo e a tortura”; “A ‘constelação gaullista’ e os caminhos da fascização na França” e “Os problemas da (des)unidade da esquerda e da não ‘solidariedade de interesses’ entre o operariado francês e os colonizados argelinos”. Em “A dialética do colonialismo” apresento a definição de colonialismo para Sartre, particularmente, o francês, em que Sartre o define como um sistema econômico, histórico e contraditório. Em “A violência do colonialismo: o racismo e a tortura”, Sartre considera o racismo e tortura como um dos principais resultados da violência colonial, isto é, a sub-humanização do colonizado pelo colonizador. Nessa esteira, em “A ‘constelação gaullista’ e os caminhos da fascização na França”, Sartre afirma que a violência do colonialismo, justamente pelo viés do racismo e da tortura, caracteriza o processo de fascização durante o segundo governo de Charles De Gaulle (1958-

Abstract: This concerns the presentation of an analysis of Jean Paul Sartre’s (1905-1980) political positions about the Algeria War (1954 – 1962). This text, with some modification, is part of a chapter from my doctorate thesis called Jean Paul Sartre’s political position and The Third World (1947-1979). The article is divided into four sections: The colonialism dialectic”, “The colonialism violence: the racism and torture”, The “‘Gaullist constellation’ and the routes of fascism in France” and “The problems of lack of unity among leftists and the absence of common interests between the French workers and the colonized Algerian”. In “The colonialism dialectic” Sartre’s definition of colonialism is presented, especially the French one, in which it is defined by Sartre as a contradictory economical and historical system. In “The colonialism violence: the racism and torture” Sartre regards the racism and torture as main outcome of colonial violence, that is, the colonized inhumane treatment by the colonizer. Sartre states that colonialism violence, through racism and violence, characterizes the process of increasing fascism during the second government of Charles the Gaulle (1958-1969). Finally, the last section deals with “The problems of lack of unity among leftists and the ‘absence of common interests’ between the French

*Doutor, Mestre e Graduado em História pela UNESP – Universidade Estadual Paulista, FCL de Assis. Professor do IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva/SP – Email.: rodralvida@yahoo.com.br

1969). Finalmente, a última seção, dedica-se a analisar “Os problemas da (des)unidade da esquerda e da não ‘solidariedade de interesses’ entre o operariado francês e os colonizados argelinos”, tendo em vista as posições pró-colonialistas do operariado francês, de acordo com Sartre.

Palavras-chave: Jean-Paul Sartre; Guerra da Argélia (1954-1962); posições políticas.

workers and the colonized Algerian” clearly manifested in the French workers pro-colonial position, according to Sartre.

Keywords: Jean-Paul Sartre; The Algeria War (1954-1962); political positions.

A dialética do colonialismo

As posições políticas de Sartre têm como eixo fundamental o problema da liberdade em suas mais diversas manifestações e situações econômicas, sociais, políticas e culturais. Sartre visita vários países europeus, africanos, asiáticos e americanos, dos Estados Unidos ao Brasil, da Itália à Rússia, da China ao Japão, de Israel ao Egito, sempre com o propósito de defender a liberdade. No entanto, a partir do segundo período pós-guerra, o Terceiro Mundo se torna o centro das (pre)ocupações políticas de Sartre que se engaja na condenação das guerras da Argélia e do Vietnã e na defesa da Revolução Cubana contra os imperialismos francês e norte-americano, respectivamente. Essencialmente, as posições políticas de Sartre sobre o colonialismo francês na África circunscrevem-se à Argélia, a mais lucrativa colônia francesa.

A colonização francesa na Argélia remonta a 1830. A França concebe a Argélia – que se torna a sua mais lucrativa colônia, “como prolongamento da metrópole” (FERRO, 1996, p. 149). A história da colonização argelina, no entanto, estigmatiza-se por uma série de violências, isto é, de guerras necessárias para o controle do país, tendo-se em vista a resistência do povo argelino. As duas maiores repressões às insurreições de 1871 e de 1945 permitem, portanto, “os períodos de calma favorável aos negócios” (PRÉNANT, 2005, p. 256). Em 1954 inicia-se a Guerra da Argélia que se estende até 1962, quando, sob os auspícios de Charles De Gaulle (1890-1970), os Acordos de Évian são firmados entre Paris e Argel. Pelos acordos, a Argélia finalmente obtém sua “independência” da França e a guerra chega ao fim. Sartre caracteriza a guerra como a expressão da luta de classes entre o campesinato, representado pelo exército da Frente de Libertação Nacional (FLN), contra a burguesia colonialista, representada pelo governo francês. O período da Guerra da Argélia

– 1954 a 1962 – de acordo com Sartre é a época em que “a vontade de ser livre foi mais consciente”,¹ ao mesmo tempo em que ocorre “a opressão mais violenta e melhor armada” (SARTRE, 1968b, p. 69). 1958 pode ser escolhido como um dos anos em que ocorre o recrudescimento da guerra com o “Putsch de Argel” de 13 de maio. O “putsh” é o golpe liderado por generais contrários à descolonização que ocupam a sede do governo em Argel e instalam um “Comitê de Salvação Pública” com a presidência do General Massu (FERRO, 1996, p. 267). Os generais mostraram-se contrários à independência da Argélia porque, naquele momento, foram descobertas jazidas de gás e de petróleo. Não por acaso, historiadores contemporâneos asseguram que a Guerra da Argélia pode ser considerada como “uma guerra para continuar a exploração” (PRÉNANT, 2005, p. 264).

Sartre explica a formação dos impérios coloniais pela necessidade de exportação de mercadorias e de capitais. O interesse das empresas coloniais, no entanto, não consiste em investir seus capitais na industrialização da Argélia, pois, a mão-de-obra abundante e barata dos argelinos cujos salários praticamente tendem a zero, poderia fazer concorrência com a indústria francesa. Ao mesmo tempo, a rentabilidade desses investimentos seria incerta, afinal, os argelinos não poderiam consumir os produtos manufaturados. O interesse colonial consiste, portanto, na exploração da agricultura (viticultura) e das matérias-primas que abasteceriam o mercado e a indústria franceses. A impossibilidade da industrialização na Argélia, imposta pelo sistema colonial a mantém, desse modo, em dependência e em subdesenvolvimento econômicos.² O Estado desempenha um papel fundamental no processo de colonização ao criar uma estrutura produtiva, embora concebida exclusivamente para atender as necessidades do capitalismo francês. Além disso, o investimento público compensa a ausência de financiamentos privados (PRÉNANT, 2005). Em outras palavras, o Estado viabiliza a implantação, a manutenção e a conservação do sistema colonial.

Em relação à implantação do sistema, o Estado assume os custos da colonização e cria “um novo poder de compra para os colonos dando-lhes terras e fazendo com que venda seus produtos agrícolas e matérias-primas aos franceses” (SARTRE, 1968i). Há um consenso entre os historiadores a respeito da rentabilidade das colônias às empresas capitalistas e em relação ao déficit orçamentário arcado pelo Estado. A colonização custa

¹ Na realidade, Sartre retoma a mesma idéia desenvolvida em “nunca fomos tão livres sob a ocupação alemã”. SARTRE, J.-P. “A República do silêncio”. In: _____. *Situações III*, s/d., p.11.

² Sartre já emprega o conceito “subdesenvolvimento”, em 1956, no texto “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*, n. 123, mars/avril 1956. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 24.

muito caro ao Estado, mas, por outro lado, rende “polpudos lucros aos interesses privados da metrópole” (FERRO, 1996, p. 95). Os lucros auferidos afluem para as empresas coloniais (financeiras, industriais e comerciais), como a Sociedade de Crédito Predial Colonial e de Banco, a Sociedade Marselhesa de Crédito, a Sociedade Geral dos Transportes Marítimos a Vapor e a Companhia dos Minerais de Ferro de Mokta, (SARTRE, 1968i, p. 24) e, também, para os bolsos dos *pieds-noirs* (os colonos franceses na Argélia). Tudo isso “sem enriquecer nem equipar a Argélia, salvo no necessário para instalar a colonização e drenar a produção” (PRÉNANT, 2005, p. 255) e sem trazer vantagens para o povo francês (ibid., p. 254). Veremos, logo mais, que, sobre este último ponto, Sartre afirma o contrário, pois, tanto o operariado francês, quanto a população em geral beneficiam-se da exploração colonial, mas não como, evidentemente, a burguesia colonial.

Em relação à manutenção do sistema, o Estado monta uma infra-estrutura administrativa, impondo códigos civis e jurídicos aos colonizados: “o sistema colonial para se manter deve conservar-se cada dia mais duro, mais desumano” (SARTRE, 1968i, p. 37) e, finalmente, em relação à conservação do sistema, preserva-o pela violência do exército que se torna a sua força policial: “os colonos não têm outro recurso senão o de manter-se pela força. Precisam da força metropolitana do Exército francês” (ibid., p. 38). O mesmo vale para Cuba, como veremos no capítulo seguinte. O processo de colonização se torna violento pela imposição do “terror” pelo Estado cujo exército renova sem cessar os massacres aos colonizados. O “terror” freqüentemente assume a forma do genocídio, mas sua prática, em última instância, encontra um limite dado pelo próprio sistema colonial: o valor de mão-de-obra quase gratuita protege o colonizado contra o genocídio. Se isso não ocorre, o sistema arruína-se a si mesmo. Eis um dos motivos que determinaram, para Sartre, a derrota francesa na Guerra da Argélia, como afirma:

no momento em que ia nascer o Tribunal de Nuremberg, os franceses massacraram em Sétif setenta mil argelinos. (...) Exterminando a esse subproletariado, se arruinaram a si mesmos. Por não poder liquidar a população argelina nem poder integrá-la, os franceses perderam a guerra da Argélia (SARTRE, 1987, p. 191).

A introdução e imposição da propriedade privada burguesa à sociedade tribal – onde cada comunidade possuía a terra indivisa, também consiste numa forma de genocídio, aliás, uma das primeiras a ocorrer, pois destrói, para Sartre,

sistematicamente a infra-estrutura econômica do país e a terra passou rapidamente dessas tribos camponesas às mãos de mercadores de bens vindos da metrópole. De fato, a colonização (...) é um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena, impedindo ao mesmo tempo a seus membros que se integrem na metrópole e se beneficiem de suas vantagens. (ibid., p. 190).

Para Sartre, os genocídios fora da Europa podem ter uma dupla origem. Alguns foram “a expressão de estruturas políticas autoritárias” (ibid., p. 190) e outros – na Argélia e sobretudo no Vietnã – “encontram sua origem nas estruturas internas das democracias capitalistas” (ibid., p. 190).

Mas como Sartre define o colonialismo? Sartre parte da definição do colonialismo enquanto sistema econômico. Isso implica em observar que “a colonização não é um conjunto de acasos, nem do resultado estatístico de milhares de empresas individuais” (SARTRE, 1968i, 22). Ou seja, o colonialismo é uma empresa racional, cujas origens remontam ao Segundo Império francês em função da expansão das atividades industriais. Atua conforme os interesses e as necessidades das empresas coloniais com o objetivo claro de explorar, sistematicamente, os recursos sociais e naturais da colônia em benefício daquelas. Se o colonialismo é um sistema, uma empresa racional, um produto histórico da expansão industrial, logo não há sentido em afirmar que há colonos “bons ou maus”, como querem os próprios colonizadores. Basta simplesmente, admitir-se: há colonos.³

Como impactos sócio-econômicos da implantação, da manutenção e da conservação do sistema colonial podemos mencionar, em síntese: 1. A introdução da propriedade privada da terra em detrimento da propriedade coletiva da terra quebra “a ossatura da antiga sociedade tribal” (SARTRE, 1968i, p. 28), suprimindo as forças de resistência e substituindo as forças coletivas por uma poeira de indivíduos. Os colonos se apropriaram das terras melhores que se localizam na planície para a viticultura deixando o deserto aos argelinos expropriados de suas terras. A França, frequentemente, utiliza as revoltas dos argelinos como pretexto para esse tipo de empreitada. Sartre afirma que na revolta de 1871 foram tomadas centenas de milhares de hectares aos argelinos. Em 1850 o domínio dos colonos era de 11500 hectares, em 1900, 1 600 000 e em 1950 de 2 703 000. Toda a produção agrícola é voltada para o mercado francês e não argelino, inclusive

³ Essa é uma das idéias do tunisiano Albert Memmi apropriada por Sartre. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*, n.137-138, juil-aout 1956. In:_____.*Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968 , p. 44.

porque, o principal produto fabricado, o vinho, não pode ser consumido pelos muçulmanos por motivos religiosos. Como resultado, ocorre o comprometimento da produção de cereais dos argelinos que aumenta a sua fome. A pecuária também foi atingida com o processo, onde, no norte, chegou mesmo a desaparecer, restando somente no sul pré-saariano. Como corolário desse processo, a miséria, que eleva o crescimento demográfico ao triplicar a taxa de natalidade; 2. A mecanização da agricultura transforma a população argelina num imenso proletariado agrícola (SARTRE, 1968i, p. 28), produz o desemprego no campo e obriga os desempregados a migrarem para as cidades. Os que não obtêm emprego, imigram para a França: “os argelinos são obrigados a procurar na França os empregos que a França lhes recusa na Argélia” (ibid., 1968i, p. 31); 3. Por fim, até a cultura francesa é recusada aos argelinos: 80% são os analfabetos na Argélia, à época da guerra. Pior, nega-se aos muçulmanos o uso de sua própria língua, transformando o árabe, desde 1830, em língua estrangeira! Confisca-se a religião dos muçulmanos e deixa-lhes “as superstições mais baixas porque desunem. Os colonizadores, ainda, impuseram um código individualista e liberal para arruinar os planos e o progresso da coletividade argelina” (ibid., p. 33).

Em suma, para Sartre, os problemas engendrados pelo colonialismo francês na Argélia são de ordem econômica: como resolver o problema da fome?, social: como aumentar o número de médicos e de escolas? E, em última instância, psicológico: como resolver o complexo de inferioridade do argelino?

Sartre contesta a suposta “obra civilizatória francesa” – aliás, muito corrente nos discursos de muitos colonialistas, nos manuais escolares franceses⁴ e estranhamente defendida como um dos benefícios da colonização na análise revisionista do historiador Marc Ferro!⁵ – supostamente criada pelos colonos para atender às necessidades dos argelinos. Na verdade, Sartre esclarece que os aeroportos e portos servem apenas aos colonos e às suas exportações de mercadorias, ou então, aos felás (os camponeses) que irão “morrer de miséria e frio em Paris” (SARTRE, 1968i, p. 32). As estradas servem de ligação entre as grandes cidades e as propriedades européias e aos setores militarizados. Os

⁴ André Prénant nos informa: “até a independência da Argélia, os estudantes franceses ouviram exaltações à “obra da França”; depois de 62 são reavivadas as memórias da infra-estrutura excepcional legada pelo colonizador ao seu colonizado agora independente: estradas, vias férreas, vinhedos, saúde, escolas, etc. – sendo entendido que a Argélia nada disso teria em 1830 e que tudo lhe foi dado depois. PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial e empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, 2005, p. 257.

⁵ Cf. FERRO, 2004, “Introdução”.

hospitais encontram-se “a 30 ou 40 km da cidade e só eram visitados 2 vezes por ano pelo médico encarregado” (ibid., p. 32).

O sistema colonial, para Sartre, é histórico e contraditório. Histórico, pois, não sendo de direito divino, tem uma data para seu nascimento e uma data para seu término. Contraditório, seja por razões econômicas e/ou por razões políticas, porque se volta, em última instância, contra os próprios franceses que o iniciaram e a favor dos colonizados, que lhe darão um fim.

Do ponto de vista das razões econômicas, a super-exploração dos colonizados, cujos salários praticamente equivalem a zero, permite aos colonos comprar a baixo preço produtos alimentares ou matérias-primas e vender a preços elevados produtos manufaturados (SARTRE, 1961d, p. 46) – como o vinho – obtendo, desse modo, produtos com preços mais competitivos que os produzidos pela exploração simples dos operários na metrópole.⁶ Isso, no entanto, esbarra nos próprios limites do sistema colonial. A industrialização da Argélia não pode ser levada até as últimas conseqüências sem arruinar a própria indústria francesa. Eis porque

é indispensável que cedo ou tarde ele se *arruíne*: é o seu destino. Em outros termos, depois de ter servido a economia capitalista (...) e aos próprios assalariados, ele se transforma inelutavelmente em um parasita insaciável que absorve inutilmente todas as forças do país colonizador. (...) Era absolutamente necessário que a miséria dos argelinos crescesse. Nenhuma medida tomada pela metrópole poderia impedir seu empobrecimento. Em primeiro lugar porque a super-exploração só pode se fundar lá pelo crescimento ilimitado da mão-de-obra. Em segundo lugar porque as tímidas reformas projetadas pelo governo devem ser sabotadas pelos colonos que estão lá, ou em todo caso, elas se voltam em seu proveito. Enfim, porque a industrialização da Argélia, única solução do problema econômico, não pode mesmo ser tentada sem ameaçar na França as empresas industriais de mesma natureza (SARTRE, 1968i, p. 14).

Como mostra o fragmento, o ônus na manutenção do sistema “absorve todas as forças” da França. A guerra custa muito dinheiro ao Estado, pois, dela depende a manutenção do sistema colonial. Sartre nos fornece o seguinte dado: a guerra contra os argelinos custa, no ano de 1956, “mais de 300 bilhões, o que corresponde à totalidade dos lucros argelinos”. Ou seja, as “colônias custam mais do que produzem” (ibid., p. 38). Do

⁶ Sartre afirma: “por todo o século XIX na Inglaterra e até 1939 na França, o operariado, inconscientemente, participou da exploração dos muçulmanos e dos hindus.” SARTRE, J-P. “L’*interview* de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 jui. 1959.

ponto de vista das razões políticas, o sistema colonial recusa o mesmo estatuto – “o título de homem” – ao colonizado que o do cidadão francês

(O sistema colonial) recusou a priori todos os direitos, mesmo os da democracia burguesa porque se ele desse os mesmos direitos que os da metrópole o lucro colonial desapareceria. Se lhe desse a seguridade social, as alocações familiares, os fundos de desemprego etc., eles teriam deputados em bastante número para reclamar ‘dos salários iguais para trabalhos iguais’, isso não funcionaria (SARTRE, 1961c).

Eis porque a política de assimilação francesa não passa de um mito para Sartre, inclusive, porque “ninguém jamais quis seriamente a assimilação salvo alguns muçulmanos em uma época em que eles não estavam em condições de fazer a revolução” (ibid., p. 38). Como se vê, o estatuto colonial que rege o conjunto de resoluções metropolitanas com a colônia encontra algumas dificuldades insolúveis. Ele emana da França que possui instituições democráticas – burguesas – em que imperam a liberdade de imprensa, os direitos ao voto e o de livre associação. Mas o colono não pode implementá-las, pois, admitir na colônia as mesmas instituições implicaria a adoção de um sistema democrático (ainda que burguês) que se chocaria frontalmente com a idéia e a prática do colonialismo. Não por acaso,

o colono detesta a universalidade, repulsa as instituições francesas, daí sua tendência seccionista. Os separatistas são também hiperpatriotas. Republicanos na França – já que nossas instituições lhes permitem constituir entre nós um poder político – são na Argélia fascistas que odeiam a república e que amam apaixonadamente o exército republicano. (SARTRE, 1968i, p. 37-38).

A França, ainda, engendra a “cilada do colonialismo” ao obrigar “a Metrópole a enviar franceses democratas à morte para proteger a tirania que colonos antidemocratas exercem sobre argelinos” (ibid., p. 38).

Em suma, a contradição do sistema se dá em dois níveis. No nível objetivo, isto é, do próprio sistema e no nível subjetivo, pois a miséria argelina “que nunca se suprimirá enquanto o colonialismo durar” (ibid., p. 34) engendra, como oposição necessária, uma tomada de consciência das massas, por não poder “se manter senão conservando-se cada dia mais duro, mais desumano” (ibid., p. 39). Assim como Marx escreve que o capitalismo traz em seu bojo o germe de sua contradição e que a burguesia engendra seus próprios coveiros, isto é, o proletariado, os colonos “formaram eles próprios seus adversários:

mostraram aos hesitantes que nenhuma solução era possível fora de uma solução de força” (ibid., p. 39).

Para Sartre, a consciência que o colonizado toma da exploração consiste na memória da agressão, afinal, o europeu

negligencia a memória humana (...); por outro lado, há, sobretudo, o que, talvez, jamais ele tivesse sabido: tornamo-nos o que somos pela negação íntima e radical do que fizeram de nós. (...) os filhos viram espancar seus pais. (...) Mas essas agressões renovadas sem cessar, longe de levá-los a se submeterem, jogaram-nos numa contradição insuportável, a qual o europeu, mais cedo ou mais tarde pagará.(SARTRE, 1968g, p. 145).⁷

O único “benefício” que Sartre observa no colonialismo é que “ele deve mostrar-se intransigente para durar e que ele prepara sua perda por sua intransigência” (SARTRE, 1968i, p. 34). Intransigência que produz, dialeticamente, a “tomada de consciência das massas” (ibid., p. 39). No processo de “tomada de consciência das massas” desempenha, ainda, um papel importante, o emigrado, pois toma contato com a cultura francesa e aprende na França o que lhes escondem na Argélia: “nossa tradição revolucionária, a luta de classes, a natureza do colonialismo e, por aqui mesmo, sua verdadeira dignidade humana” (SARTRE, 1959).⁸ Desse modo, “aprofundando a super-exploração até formar os sub-homens, o colonialismo se volta contra si mesmo e o colonizado descobre contra os colonos sua personalidade” (SARTRE, 1968i, p. 39).

Enfim, a única solução para a “cilada colonial” não é obtenção do direito ao voto, pelo argelino, num país dominado pelos colonizadores europeus, nem a “paz negociada”, mas a obtenção da independência efetiva, pela revolução, com a implantação do socialismo, os únicos capazes de superar o colonialismo.

A violência do colonialismo: o racismo e a tortura

Um dos principais resultados da violência do colonialismo é a sub-humanização do colonizado:

a violência colonial não tem somente a finalidade de impor respeito a homens escravizados, procura também desumanizá-los. Nada será

⁷ Pergunto-me se a França e os africanos já não estão pagando por isso. Basta observar pelas ruas de Paris grandes quantidades de imigrantes desempregados ou subempregados vendendo quinquilharias aos turistas.

⁸ Grandes líderes revolucionários do Terceiro Mundo foram educados, senão na Europa, pelo menos na sua cultura: Ben Bella, Ferhat Abbas, Lumumba, Ho Chi Minh, Amílcar Cabral, Léopold Segnhor, etc.

poupado para liquidar-lhes as tradições, substituir-lhes as línguas pela nossa, para destruir-lhes a cultura sem dar-lhes a nossa. (...) Se ele resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, se degrada, não é mais um homem; a vergonha e o medo vão fissurando seu caráter, desintegrando sua pessoa (SARTRE, 1968g, p. 143).

Muito embora a violência do colonialismo procure desumanizar o colonizado, como mostra o fragmento, na realidade, isso não acontece. O colonizado não é desumanizado, pois, “a menos que fossem homens e livres, como poderiam vender livremente sua força de trabalho?” (ibid., p. 143). Na realidade, ele é sub-humanizado, ou seja, “nem homem, nem animal, eis o indígena” (ibid., p. 144). Para ser sub-humanizado ele tem de ser, em primeira instância, um homem livre. Essa é a tese fundamental da filosofia da liberdade de Sartre.

O racismo e a tortura sub-humanizam o colonizado. Para viabilizar a espoliação colonial, o colonizador rebaixa o argelino à condição de sub-homem e pelo mesmo motivo o racismo está inscrito no colonialismo, isto é, “nos próprios fatos, nas instituições, na natureza das trocas e da produção” (SARTRE, 1968h, p. 43). O racismo, portanto, não é consequência lógica e nem desdobramento, mas necessidade imanente do sistema. O racismo tem a função de compensar

a universalidade latente do liberalismo burguês já que todos têm os mesmos direitos, far-se-à do argelino um sub-homem: o colonialismo rejeita os direitos do homem para homens que ele submeteu pela violência, que ele conserva pela força, na miséria e na ignorância, logo, como diria Marx, em estado de “sub-humanidade”. A verdadeira razão da segregação racial, portanto, é a segregação econômica (SARTRE, 1961d, p. 46, grifos de Sartre).

O racismo, ou como chama Sartre no fragmento, “a segregação racial” é, no fundo, uma segregação econômica. Sendo assim, a única solução possível contra uma segregação (racial) que no fundo é econômica, é o fim do sistema (econômico) colonial (Sartre, 1968h, p. 47) que o engendra. Por ser uma violência que sub-humaniza o colonizado, o racismo deve ser, portanto, combatido com violência. Na realidade, a violência do colonizado é uma (contra) violência, para Sartre. E esta (contra) violência, vale dizer, “não é um tempestade absurda, nem a ressurreição de instintos selvagens, nem muito menos efeito de ressentimento: é o próprio homem se recompondo” (SARTRE, 1968g, p. 149). A partir desta (contra) violência o colonizado pode, novamente, readquirir seu estatuto humano, imposto pela sua sub-humanização, pois, a violência e suas marcas

nenhuma doçura as apagará: é a violência que unicamente pode destruí-las. E o colonizado se cura da nevrose colonial, expulsando o colonizador pelas armas (...) abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: ficam um homem morto e um homem livre (ibid., p. 149).⁹

As palavras e as idéias do fragmento acima são fortes, violentas. O colonizado só pode resgatar sua humanidade pela violência das armas: “filho da violência, ele coloca nela em cada instante sua humanidade” (ibid., p. 151). Ou seja, o resgate da humanidade do colonizado se dá com a morte do opressor europeu. Eliminar um europeu opressor e acabar com o colonialismo, faces de um mesmo díptico, são as condições para a *liberdade* do colonizado. Por isso, para Sartre, transigir com o colonialismo é ser vítima ou algoz. Seria negar a possibilidade de supressão do sistema e, ao mesmo tempo, negar a liberdade ao colonizado.

Nessa esteira, Sartre repudia peremptoriamente os críticos da não violência:

os não-violentos: nem vítimas, nem algozes! Vamos! Se vocês não são vítimas, quando o Governo que vocês escolheram num plebiscito, quando o exército em que seus jovens irmãos serviram, sem hesitação nem remorso, empreenderam um “genocídio”, vocês são indubitavelmente algozes. E se vocês escolherem ser vítimas, arriscar um ou dois dias de cadeia, vocês escolheram, simplesmente, safar-se do compromisso. (...) Compreendam, finalmente, isto: se a violência tivesse começado esta tarde, se a exploração ou a opressão jamais tivessem existido sobre a terra, talvez a não-violência apregoada pudesse apaziguar a contenda. Mas se todo o regime e até mesmo os pensamentos não violentos de todos vocês são condições nascidas de uma opressão milenar, a passividade de vocês só serve para colocá-los ao lado dos opressores. Vocês sabem muito bem que somos exploradores. Vocês sabem que tiramos o ouro e os metais, depois o petróleo dos “novos continentes” e que o levamos para as velhas metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais; e depois quando a crise ameaçava, os mercados coloniais lá estavam para amortecê-la ou desviá-la. A Europa, empanturrada de bens, *deu direito* de humanidade a todos os seus habitantes: um homem, entre nós, quer dizer um cúmplice, visto que todos aproveitamos da exploração colonial (ibid., p. 152, grifos de Sartre).

Como se vê, Sartre convoca todos à ação, ao “compromisso”. Somente o engajamento político garante a não cumplicidade com os opressores colonialistas. Para Sartre, o Governo e inclusive os “pensamentos não violentos” são determinados pela

⁹ Assim como Sartre parece ter-se curado da sua neurose antes da Segunda Guerra Mundial que almejava atingir o absoluto e a eternidade pela criação literária.

“opressão milenar” do imperialismo. A “opressão milenar” engendra a passividade e a passividade engendra, por sua vez, a cumplicidade que permite “safar-se do compromisso”. Ser cúmplice do imperialismo colonialista é saber ser explorador. Ser explorador é desfrutar dos “excelentes resultados do colonialismo”: a construção de cidades de ferro movidas a petróleo com seus luxuosos palácios e catedrais.

O engajamento político, portanto, consiste numa exigência e urgência históricas, requer a constante vigilância, lucidez. A menor distração implica a transigência com o colonialismo. Apenas o comprometimento político, apenas a tomada de posições políticas – radicais, violentas – podem fazer frente à violência do colonialismo, pois, “na Europa de hoje, completamente aturdida pelos golpes que lhe dão na França, na Bélgica, na Inglaterra, a menor distração do pensamento é uma cumplicidade com o colonialismo” (ibid., p. 151). Eis porque o papel específico do intelectual frente ao colonialismo é “ajudá-lo a morrer. Não somente na Argélia, mas em todo lugar onde ele existe” (SARTRE, 1968i, p. 39, grifos de Sartre).

A violência do colonialismo desmente o pretensão universalismo burguês, também expresso pela máxima: liberdade, igualdade e fraternidade. Desmente, do mesmo modo, o postulado fundamental da sociedade liberal: os homens nascem livres e iguais. Para Sartre, o humanismo burguês não passa de “um humanismo racista, pois o europeu só se pode transformar em homem fabricando escravos e monstros” (SARTRE, 1968g, p. 153). Da mesma forma, a humanidade do colonizado – isto é, a sua liberdade – só se pode conquistar pela eliminação do colonizador.

O período final da Guerra da Argélia, para Sartre, revela a degradação dos valores universalistas e humanistas franceses:

eu diria que o nível mental, intelectual dos Europeus está em degradação constante, às vezes por conta da despolitização e da organização. O apolitismo faz que se obrigue a aceitar coisas que uma sociedade humanista não poderia digerir. (...) O país inteiro está bem informado das torturas, ele sabe que três carrascos que confessaram suas torturas foram absolvidos. É claro, muitos protestaram. Mas são sempre os mesmos. (...) há quatro anos se podia dizer: “As pessoas não sabem”. Agora, as pessoas sabem mas isso não mudou nada. Outrora eles tinham o benefício da dúvida. Sabendo, eles passaram a um estado inferior: há a aceitação. O nível atual é o mínimo de cultura humanista: chegou-se ao ponto crítico (SARTRE, apud CONTAT; RYBALKA, 1970, p. 376-377).

Além de denunciar a degradação do nível mental e intelectual dos europeus, seja por despolitização ou por (falta) de organização, Sartre está inconformado com a passividade dos franceses face à revelação das torturas e, pior, face a confissão e a absolvição dos seus carrascos. Para Sartre, a gravidade do “apolitismo” vigente entre os Europeus consiste em se aceitar o que “uma sociedade humanista não poderia digerir”, isto é, a tortura. Sartre explica um pouco melhor, no fragmento abaixo, as origens da “inércia das massas” e as suas “reações brandas” em relação à luta anti-imperialista:

a inércia das massas vem do que seu problema é o das relações com as novas formas de capitalismo e que o problema da luta anti-imperialista é alguma coisa que não as toca diretamente (...). É chocante na França: as reações têm sido muito brandas, em todo lugar, mesmo entre as massas” (SARTRE, apud CONTAT; RYBALKKA, 1970, p. 377).

Para Sartre, sempre a tortura será abjeta, imoral, pois, o torturador é “o homem que busca deliberadamente reduzir outros homens à abjeção” (SARTRE, 1958). O problema da tortura preocupa Sartre desde a época da Ocupação e da Resistência por também ser um problema tipicamente existencialista. De acordo com Sartre, naqueles momentos históricos, a pergunta que os resistentes se faziam era: “se me torturarem, aguentarei?” Trata-se do problema fundamental da filosofia da liberdade de Sartre que, por sua vez, coloca a questão

do conhecimento mais profundo que o homem pode ter de si próprio. Porque o segredo dum homem não é o seu complexo de Édipo ou de inferioridade, é o próprio limite da sua liberdade, é o poder da resistência aos suplícios e à morte (SARTRE, s/d, p. 12).

Em 1957, Sartre *divulga* uma brochura em que publica diversos depoimentos sobre os “métodos de pacificação” dos franceses na Argélia.¹⁰ Inicialmente, ele tenta fazer a divulgação num grande jornal, mas não obtém sucesso. O faz na sua revista *Les Temps Modernes*. Isso indica, pelo menos três coisas: a gravidade do assunto, a reticência da grande imprensa em publicar certos problemas relacionados à Guerra da Argélia e a necessidade de *difusão*, por parte de Sartre, dos acontecimentos da ordem do dia.

¹⁰ A brochura intitula-se “Des reppelés témoignent” (Du Comité de Résistance Spirituelle) e foi publicada em SARTRE, J.-P. “Vocês são formidáveis”. *Les Temps Modernes*, n.135, mai 1957. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968, p. 32.

Em 1958, Sartre analisa o problema da tortura¹¹ sob o prisma do Exército francês. Ele afirma que os soldados, inicialmente, “não estão engajados nos corpos da elite para torturar” (SARTRE, 1958). Na realidade, a *situação* está na origem da tortura “que degrada os soldados”. Como se a guerra instalasse uma engrenagem que justificasse a tortura do semelhante apenas na condição de rebaixá-lo a um nível sub-humano.

Para Sartre a tortura “é a verdade da Guerra da Argélia hoje” (ibid) e seu fim somente é possível com a paz. A reivindicação de Sartre pela paz pode nos parecer, hoje, elementar e óbvia, mas, naquele momento, sua posição era incomum e *revolucionária*, sobretudo, tendo-se em vista as posições dos socialistas e dos comunistas. Aliás, a propósito, Marc Ferro observa que o movimento socialista “com Bernstein na Alemanha, Vandervelde na Bélgica e Jaurès na França era partidário de uma ‘política colonial positiva’ que não fosse mais a política colonial da burguesia”.¹² Já os comunistas franceses “adotaram posições variadas”,¹³ o que nos leva a supor que o partido não tem uma postura definida a respeito, diferentemente de Sartre, que tem uma postura clara e coerente. Também é verdade, afirma Ferro, que “a ação dos intelectuais só se manifestou (...) depois da batalha política para resolver o problema argelino e quando a guerra já estava em curso” (FERRO, 1996, p. 211). Essa batalha se refere ao “problema político do futuro do país” colocado muito tempo antes da guerra propriamente dita, ou seja, “pelo menos desde o bombardeio de Sétif em 1945 e até talvez desde o ataque, violento, ao estatuto da Argélia, instituído em 1947 e que levou às eleições fraudadas de abril de 48” (FERRO, 1996, p. 211). Os intelectuais, de acordo com Ferro, ficam alheios à reivindicação árabe até meados de 1960, quando, “por volta dos anos 56-62 e mais ainda no fim desse período, (...) os intelectuais multiplicaram as *intervenções* – a ponto de, após 1958, já não se saber se é o problema político que os interpela ou De Gaulle e sua política, o regime e as instituições” (FERRO, 1996, p. 211, grifo meu). Justamente, o primeiro texto de Sartre sobre o problema da Argélia é de 1956: “O colonialismo é um sistema”.

¹¹ O jornal *Vérité-Liberté* denuncia a existência de centros especializados em ensinar a tortura e afirma que diversos estudantes são torturados em Paris. Cf. *Vérité-Liberté - cahiers d'information sur la Guerre d'Algérie*, n.1, mai 1960.

¹² Na realidade, “os problemas coloniais só são abordados se em conexão” com os interesses da classe operária (p. 207). Além dos socialistas, outra posição, a “terceiro-mundista”, “surgida na França em fins dos anos 50 era representada por Jacques Berque”. Segundo essa corrente o fato colonial ‘falseou a história’, interrompendo o livre desenvolvimento das civilizações extra-europeias, sendo a colonização antes de mais nada, uma obra de ‘desnaturação’: ela freia a natureza do Outro para explorá-lo.” Ferro, finalmente, conclui que “esse *terceiro mundismo* (...) elabora alguns desses pontos a partir do grito dos próprios colonizados (...) (com) Aimé Césaire, Frantz Fanon e Albert Memmi, com a diferença que Berque o inscreve numa visão histórica”. (FERRO, 1996, p. 208).

¹³ Ferro limita-se a essa afirmação. Ibid., p. 212.

Em 1960, Sartre *radicaliza* sua posição sobre a tortura¹⁴ defendendo que ela institucionaliza-se pela ação do exército francês. A questão vem à tona com a “Declaração sobre o direito de insubmissão na Guerra da Argélia”, mais conhecida como “Manifesto dos 121”. De todas as manifestações públicas dos intelectuais sobre a Guerra da Argélia, indubitavelmente, é a que mais repercute tanto negativa quanto positivamente na França. Não por acaso. A ação do exército, nesse momento, para Sartre, define a guerra:

nem guerra de conquista, nem guerra de ‘defesa nacional’, nem guerra civil, a Guerra da Argélia está pouco a pouco se tornando uma ação própria do exército à uma casta que recusa ceder diante de uma sublevação do poder civil, que se dá conta do aniquilamento geral dos impérios coloniais”.¹⁵

Ou seja, o exército desempenha a função de classe, em nome do Estado, não obstante, agindo como polícia, na salvaguarda dos interesses particularistas dos *pieds-noirs* e da burguesia colonial francesa:

de fato, por uma decisão que constituía um abuso fundamental, o Estado inicialmente mobilizou classes inteiras de cidadãos com o único fim de completar o que ele mesmo designava como uma tarefa de polícia contra uma população oprimida, a qual está revoltada apenas pela preocupação da dignidade elementar, posto que ela exige enfim ser reconhecida como comunidade independente.¹⁶

A declaração tem como um dos objetivos fundamentais *informar e divulgar*, na França, o agravamento da situação da guerra na Argélia onde “os Franceses são perseguidos, encarcerados, condenados por se recusarem a participar nessa guerra ou por terem ajudado os combatentes argelinos”.¹⁷ Os autores do Manifesto desejam contribuir para a “tomada de consciência” da população francesa e para a tomada de um conjunto de “*posições radicais* que, seguidas ou não, obriguem à solidariedade”.¹⁸ Sartre, no entanto, admite os limites da ação do intelectual ao reconhecer que não tem “nem o meio e nem o

¹⁴ Yves Bénot afirma que o emprego maciço da tortura marca a verdadeira guerra, oficialmente. BÉNOT, Y. “A descolonização da África Francesa (1943-1962)”. In: FERRO, 2004, p. 617.

¹⁵ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - Cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie*, n.3, juil-août 1960.

¹⁶ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie*, n.3, juil-août 1960.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid. Sartre dá um exemplo do tipo de solidariedade que busca: “uma mulher – atriz – de 65 anos que viu unicamente por emissões de rádio e de TV, quando proibiu-se seus camaradas de recomeçar a trabalhar, enviou ela mesma sua demissão quando tinha dois filmes previstos. A posição dessa mulher é a de muitas pessoas”. (Ibid.).

tempo de fazer a educação das massas” (SARTRE, p. 1961c). Evidentemente, a “educação das massas” requer níveis mais elaborados de mediação. Daí a importância de manifestações como a Declaração que tem o objetivo mais imediato de informação, de desmistificação e de convocação ao “compromisso” das massas. A proposta exclui a ação dos partidos políticos, particularmente, a ação do Partido Comunista Francês.

Não por acaso, o Manifesto destaca que os movimentos livres de resistência surgiram sem o apoio dos partidos oficiais e por uma “tomada de consciência espontânea” que busca e inventa

formas de ação e meios de luta relacionados a uma situação nova cujos agrupamentos políticos e os jornais de opinião preferem, seja por inércia ou timidez doutrinária, seja por prejulgamentos nacionalistas ou morais, não reconhecer o sentido e as exigências verdadeiras.¹⁹

O manifesto, por fim, defende que os intelectuais que o assinam:²⁰

têm o dever de intervir, não para dar conselhos aos homens que devem se decidir pessoalmente face aos problemas tão graves, mas para pedir aos que os julgam a não se deixarem enganar por palavras e valores (e) declara: Nós respeitamos e julgamos justificada a recusa de tomar as armas contra o povo argelino; Nós respeitamos e julgamos justificada a conduta dos Franceses que estimam que é seu dever dar ajuda e proteção aos Argelinos oprimidos em nome do povo Francês.²¹

¹⁹ “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie*, n.3, juil-aout 1960. Nem todos compartilham das considerações dos intelectuais que assinam o Manifesto. Robert Bonnaud, no seu texto “Un après le Manifeste des 121”, portanto, um ano depois do Manifesto, avalia que “não, a juventude não desmentiu seus primogênitos, nem as massas suas organizações, ao menos ainda não. (...) É abusivo, vão, finalmente perigoso, falar em ‘solidariedade natural’ das massas populares francesas com o povo argelino; a cumplicidade com o colonialismo, possivelmente, é ‘natural’. Se não se toma consciência disso, arrisca-se de mal situar as responsabilidades e de mal orientar o direcionamento. (...) As massas populares francesas não sabem – o que se chama saber – o que são opressão e exploração coloniais. Não somente elas suportaram como apreciaram os lucros e as vaidades do Império. Nessas condições, como mostrariam a menor ‘espontaneidade’ anticolonialista? Elas eram anticolonialistas em torno de 1880 quando elas revelavam em contrapartida que a expansão colonial traía aos seus olhos a Alsácia-Lorena cativa. Os tempos mudaram. O movimento operário, os partidos operários, em graus diversos, adotaram o Império e depois a União Francesa. Se eles estão resignados à desapareição de todas as ‘ligações particulares’, de toda ‘associação’ com as antigas colônias? (...). Para reduzir as iniciativas operárias em favor dos Argelinos aos protestos pacifistas, alias episódicos e de pouca energia, o PCF e a CGT não tiveram de trapacear a vontade proletária. Eles apenas tiveram de recusar colocar ao serviço da luta anticolonialista do povo argelino o prestígio adquirido nas lutas anticapitalistas ou patrióticas do povo francês. (...) O Partido Comunista e a esquerda abandonaram os Argelinos revoltados aos choques do exército francês e dos jovens trabalhadores uniformizados que o compõem, no essencial”. (BONNAUD, R. “Un après le Manifeste des 121”. *Vérité-Liberté: cahiers d’information sur la guerre d’Algérie*, n. 12, oct. 1962).

²⁰ Sartre, Beauvoir, André Breton, Marguerite Duras, Daniel Guérin, Henri Lefebvre, Marcel Péju, François Maspero, Nathalie Sarraute, Jean-Pierre Vernant, Pierre Vidal-Naquet, etc.

²¹ Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie*, n.3, juil-aout 1960.

Como se vê, os intelectuais envolvidos, dentre os quais Sartre, pensam estar *intervindo* no processo histórico e se assim o pensam é porque acreditam no papel que podem desempenhar junto à opinião pública, m

Muito embora tenham consciência dos limites de sua ação. Podemos mensurar, em parte, os resultados e a eficiência dessa intervenção pelo processo que foi movido contra os signatários e pelos atentados contra a vida de Sartre desferidos pela OAS (“Organization de L’Armée Secrète”) que lança, duas vezes, bombas em seu apartamento e proclama em passeatas: “fuzilem Sartre”.

Em 1965, mais uma vez, Sartre trata do problema da tortura e novamente a define como abjeção ao comentar o livro de Henri Alleg – *La question* – em que o autor descreve as torturas que sofreu pelos soldados franceses na Argélia. Sartre esclarece o objetivo da tortura: “O objetivo da tortura não é somente obrigar a falar, a trair: é preciso que a vítima ela própria se designe, por seus gritos e por sua submissão, como uma besta humana” (SARTRE, 1968b, p. 68). Sartre corrobora a tese fundamental de sua filosofia da liberdade tendo em vista o caso de Henri Alleg e de Abd-el-Kader Guerroudj. Destaca que tanto um quanto o outro foram torturados, mas não falaram. Isto é, não falaram, pois, “desde o início eles tinham tomado responsabilidades que faziam com que se engajassem toda a sua vida, mesmo na possibilidade de serem torturados” (SARTRE, 1968b., p. 68). Em outras palavras, escolheram – livremente – seu projeto de não delação. Por isso, afirma Sartre que a tortura, além de criminosa, é inútil.

Em suma, a Guerra da Argélia atualiza o problema da liberdade para Sartre. Mas sobretudo, *radicaliza* suas posições políticas, tanto pela forma de abordar o problema quanto pela solução proposta por Sartre para resolvê-lo: a *violência do colonizado*, a *revolução* e o *projeto da sociedade socialista*. Assim, a liberdade a ser conquistada pelo colonizado não se restringe à sua constatação no plano ontológico. Sua busca é *historicizada*, isto é, se dá no plano concreto da História e da sociedade: “a causa do povo argelino, que contribui de maneira decisiva à ruína do sistema colonial, é a causa de todos os homens livres”.²²

²² “Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur La Guerre d’Algérie*, n.3, juil-aout 1960.

A “constelação gaullista” e os caminhos da fascização na França

A violência do colonialismo, pelo viés do racismo e da tortura, caracteriza o processo de fascização durante o segundo governo de Charles De Gaulle (1958-1969), de acordo com Sartre e muitos jornais de esquerda. Charles De Gaulle foi o presidente do Governo Provisório da República Francesa entre 1944 e 1946 e em 21 de dezembro de 1958 é eleito presidente, fato que inaugura a V República. Suas funções como presidente, oficialmente, iniciam-se em 1959 e estendem-se até 1969. Em 1958 elege-se com o apoio da grande burguesia católica, “sustentáculo financeiro do Mouvement Républicain Populaire” (MRP) (SARTRE, 1968f, p. 76) e por uma “enorme maioria não só de direita, mas também profundamente comprometida com a defesa do colonialismo”(BÉNOT, 2004, p. 617).

O referendo que validaria o poder de De Gaulle como novo Presidente da República e que vota a nova Carta Constitucional, em 28 de setembro de 1958, para Sartre, não passa de uma tentativa de legitimação de um golpe que institui De Gaulle no poder, sendo assim,

exigem-nos simplesmente a legalização de um golpe. (...) Seu governo não saiu de uma revolução; saiu de um pronunciamento. Nem o silêncio de uma imprensa que se jogou na servidão antes mesmo que alguma coisa lhe fosse exigida, nem a bonomia provisória dos oficiais, nem os circunlóquios dos diplomatas estrangeiros nos farão esquecer que o general De Gaulle foi conduzido ao poder pelos coronéis de Argel. (...) Em todo caso, ele se apressa em fazer-nos sancionar a ilegalidade. Enquanto não tivermos dito sim, qualquer que possa ser o seu prestígio, ele reina pela força (SARTRE, 1968e, p. 84).

A nova Carta batizada por Sartre como a “Constituição do desprezo” é explicitamente classista. Ela representa os interesses ruralistas de Argel e os da burguesia financeira francesa. O texto constitucional nada mais é que “o resultado de um compromisso entre as forças que levaram esse homem ao poder: os senhores feudais de Argel e o grande capital financeiro” (SARTRE, 1968e, p. 87). Desse modo, “para satisfazer aos primeiros que se dá preponderância à França rural no corpo eleitoral (...) (e) para satisfazer os bancos que se escolherá os ministros fora da Assembléia” (ibid., p. 87). Sartre continua com sua crítica ao afirmar que, no entanto, a burguesia parisiense e os proprietários de terra na Argélia, não “se entendem muito bem entre si: muito ao contrário, é preciso considerar o general De Gaulle como o campo de batalha deles e a Constituição

como o lugar geométrico de suas contradições. De resto eles concordam num ponto: amordaçar o povo” (ibid., p. 88).

Sartre não apenas se posiciona veementemente contra a aprovação do Referendo e da Carta que a ele se segue, como também exorta o público a dizer “não” que, segundo ele, significa Assembléia Constituinte. Ou seja, para Sartre, a nova República deve ser constituída, não por De Gaulle, nem pelos capitalistas financeiros ou os grandes proprietários de terras de Argel, mas pelo povo “em sua plena e total soberania” (ibid., p. 90).²³ Além disso, Sartre não se limita apenas à crítica, aliás, atributo fundamental e indelével do intelectual. Sartre faz considerações *propositivas*, isto é, define um *programa político* que sintetiza, essencialmente, as suas aspirações em relação à oportunidade de se constituir uma “nova França”:

compreender que a grandeza de uma nação não se mede pela quantidade de sangue que faz correr, mas pelo número de problemas que resolve: terminar com as hostilidades, imediatamente negociar, reconsiderar com seus representantes a questão dos países associados; reconquistar nossa soberania perdida e trabalhar pelo esfacelamento dos blocos, isto é, pela paz; aproximar todos os homens de esquerda e reconciliá-los com um programa estabelecido em comum; estancar a hemorragia das divisas, dando à França uma economia complementar das outras economias européias, compelir a grande indústria a aumentar a produtividade e lutar por todos os meios, para que o crescimento da produção seja tanto quanto possível proveitoso, inicialmente, e sobretudo, para os trabalhadores; quebrar pelo movimento demográfico que suscitará a reorganização da economia – os estratos que separam os grupos e os sustenta sobre inertes antagonismos; (...) suprimir os conflitos de interesse que dividem a classe operária; desenvolver uma cultura científica, literária, artística e política nas classes sociais mais desfavorecidas etc.; aumentar a produtividade agrícola no centro e sul da França (...). Em dez anos, a fisionomia da França não será mais a mesma: a economia terciária, hoje hipertrófica, será desinchada, a primária será reduzida em um terço e a secundária será mais homogênea e seu nível de vida mais elevado. Se nós mesmos fizéssemos isso e só fizéssemos em dez anos, ser-nos-ia talvez permitido dizer (...) que a França é um grande país (SARTRE, 1968d, p. 104).

Importante destacar, neste programa, algumas idéias recorrentes nas posições políticas assumidas por Sartre: a sua insistência no fim da política dos blocos, a necessidade da unidade dos homens de esquerda e a supressão do conflito de interesses que divide a classe operária.

²³ Num único ponto Sartre concorda com De Gaulle e seus correligionários: “que a Quarta República está morta e concordamos em não ressuscitá-la”. (SARTRE, 1968e, p. 87).

O jornal *Vérité-Pour*²⁴ comprova as afirmações de Sartre a respeito das ligações entre De Gaulle e o grande capital financeiro francês. O jornal mostra que o governo de De Gaulle está ligado aos interesses do grande capital financeiro, na França, representado por quatro grandes instituições bancárias que controlam toda a atividade econômico-financeira da metrópole e dos territórios do além-mar: o Banco Lazard (cujo diretor foi Jacquinet, primeiro genro de De Gaulle), o Banco Rotschild (tendo Georges Pompidou como diretor. Pompidou também foi Diretor de Gabinete de De Gaulle, isto é, praticamente o ministro das Finanças. O banco era o poderoso acionário do Grupo Michelin-Citröen, representado no CNPF por Puiseux, diretor da Citröen), o Banco de Paris e Pays Bas (o mais importante banco de Paris e dos Países Baixos. Berthon, representante do banco, foi ministro da Educação e genro de De Gaulle) e o Banco Union Parisienne (que possui ligações com o Banco Mirabaud e Usinas Chaussen. Pierre De Gaulle, irmão De Gaulle, dirigia o banco). *Vérité-Pour* estabelece ainda uma ligação entre a grande imprensa, os bancos e governo de De Gaulle. Afirma que a difusão da imprensa francesa estava inteiramente nas mãos do truste Hachette, que estava sob o controle do Banco de Paris e Pays Bas que era representado por Berthon, genro de De Gaulle. *Le Parisien Libre* é a principal publicação do grupo Amaury, que publica *Carrefour*, *Marie-France*, *Point de Vue*, *France Agricole*. Para *Vérité-Pour*, *Le Parisien Libre* não esconde sua intenção de se tornar o órgão do gaulismo militar; *Paris-Journal*, antigamente *Franc-Tireur* era o órgão de Cino del Duca, “rei da imprensa do centro”, cujo principal adjunto foi Jean-Marc Boegner. O irmão desse último, Phillippe Boegner foi nomeado conselheiro técnico do Gabinete do general De Gaulle; *Le Figaro* tem como majoritário na sociedade que edita *Le Figaro*, o industrial têxtil milionário, patrão de numerosas usinas têxteis no Norte, M. Prouvost. Ele controla igualmente o hebdomadário *Paris-Match* com tiragem de 2 milhões de exemplares. Importante observar que o total das importações de lã inglesas na França era financiada pelo Banco Lazard. Com tiragem de 480 mil exemplares, *Le Figaro* permanece o órgão da burguesia e da pequena burguesia, o defensor do parlamentarismo tradicional e, por sua vez, *France-Soir* – com 1.300.000 de exemplares era a maior das tiragens dos cotidianos franceses pertencente ao grupo financeiro controlado por Hachette/Banque de Paris, que

²⁴ “La constellation gaulliste: De Gaulle et la presse”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.2, 25 oct. 1958, p. 15- 16.

apoiavam De Gaulle e *Paris Presse* – metade controlado por Hachette/Banque de Paris, a outra por Dassault.²⁵

Exatamente, entre o “Putsch de Argel” em 13 de maio de 1958 (que objetiva manter a Argélia francesa desferido pelos colonos civis e militares) e a independência da Argélia em 1962, muitos intelectuais de esquerda, dentre os quais Sartre denunciam a gradual fascização do governo francês, tendo-se em vista a escalada do racismo e da tortura, tanto na França como na Argélia.²⁶

Na França, forma-se o grupo OAS que desencadeia uma série de atentados à bomba e torturas, com a conivência do governo francês. J. Popperen critica que “a propaganda oficial do Partido Comunista coloca quase que exclusivamente o acento sobre a luta contra a OAS e deixa um pouco em segundo plano a campanha pela paz na Argélia” (SARTRE, 1962b, p.8). Da sua parte, Sartre afirma a necessidade de uma ação conjunta da esquerda que combata ao mesmo tempo a OAS e o governo De Gaulle (ibid., p. 8). Sartre deixa claro que o governo não é fascista, mas que ele se encontra objetivamente numa situação em que favorece o fascismo (ibid., p. 8).

O jornal *Vérité-Liberté* confirma a lenta fascização da sociedade durante o regime gaullista e, em 1961, o jornal *Témoignages et documents*, no texto “Un appel à la lutte” que reúne a assinatura de 50 universitários e intelectuais (dentre os quais 29 professores do Ensino Superior) torna público, na ocasião do sétimo ano da guerra da Argélia, a escalada do fascismo na França pela instalação “práticas racistas”. O jornal também destaca as hesitações do general De Gaulle em condená-las. Em “Um apelo à luta” Sartre defende que apenas “o reconhecimento explícito da independência argelina sobre a base da integridade do território e da unidade do povo argelino” pode “restaurar a paz no benefício de todos” (SARTRE, 1961a).

Como sugere o título supracitado da matéria, a declaração abre mão dos protestos verbais e convoca os intelectuais às manifestações que visem “impor a paz e a democracia”, sem as quais não se obterá nada:

é o momento de chamar todas as forças democráticas, a classe operária e os intelectuais a manifestar sua solidariedade com os trabalhadores e os estudantes argelinos, organizando em conjunto, a

²⁵ “La constellation gaulliste: De Gaulle et la presse”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.3, 13 juin 1958. p. 17. Em contrapartida, os jornais *L’Humanité*, *France Observateur*, *L’Express*, *Témoignage Chrétien*, *Le Monde*, revistas *Preuves* e *Esprit* e as novas editoras Maspero e Éditions de Minuit nasceram para promover os debates sobre a Guerra da Argélia. (FERRO, 1996, p. 211).

²⁶ *Vérité-Liberté* objetiva esclarecer sucintamente a evolução política dos problemas na Argélia. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie*, n.1, mai 1960.

ação coletiva que colocará um único fim à guerra. Nós podemos hoje esmagar o fascismo. Não esperemos amanhã para nos unir (ibid).

O fragmento deixa claro a necessidade e a proposta de unificação dos esforços do operariado, dos intelectuais (estudantes e professores) e de sua solidariedade com os trabalhadores e estudantes argelinos.²⁷

Os problemas da (des)unidade da esquerda e da não “solidariedade de interesses” entre o operariado francês e os colonizados argelinos

Para Sartre, faz parte da estratégia de De Gaulle fazer acreditar que há divisões internas entre os argelinos (seja de religião, ou mesmo entre os habitantes do campo e os das cidades). Toda a política gaullista consiste em querer impor custe o que custar uma solução de associação que neutralize o processo de revolução social desencadeado com a Guerra da Argélia. Para Sartre, entre os governantes franceses, entre muitas pessoas da pequena burguesia intelectual e mesmo entre uma parte da esquerda, repugna a idéia de uma negociação direta com a FLN (SARTRE, 1961c).

Sartre se queixa constantemente da desunidade da esquerda e da letargia das massas diante da Guerra da Argélia. Sartre acredita seriamente que a unidade da esquerda e a força das massas poderiam ter evitado os massacres na Argélia, como sugere o trecho:

quantas vidas poupadas se as massas francesas tivessem mostrado sua força. (...) Pusilânimes, depois de incertos, depois de demissionários, concedemos nossos poderes a um ditador, para que decidisse, sem consultar-nos, qual a melhor maneira de terminar a contenda: genocídio, reagrupamento e divisão, integração, independência, lavamos as mãos (...). O resultado ultrapassa nossas esperanças: os argelinos conquistaram sua liberdade, os franceses perderam-na (SARTRE, 191968c, p. 134).

Para Sartre, a luta pelo fim da Guerra da Argélia deveria ser uma luta de todos e não apenas da esquerda. No entanto, Sartre reserva o papel central à esquerda no processo. Em relação aos atentados terroristas organizados pela OAS, a esquerda deveria criar os “comitês de vigilância” que assegurassem a permanência dos jornais e das casas passíveis de serem ameaçadas pelos atentados. Além disso, a esquerda deveria dar esclarecimentos

²⁷ Dentre os signatários, Jean Chesnaux, Jean-Pierre Vernant, Louis Aragon, Beauvoir, Maurice Blanchot, Marguerite Duras, Aimé Césaire, etc.

públicos sobre seus encontros e sobre suas posições políticas (SARTRE, 1962b).²⁸ Em relação à luta pela libertação da Argélia, Sartre *propõe* uma campanha fundamental em relação à “solidariedade, nos atos, entre a revolução argelina e os operários franceses” (SARTRE, 1961c). Sartre tem consciência da dificuldade da tarefa ao reconhecer que “há ainda um esforço enorme a fazer para convencer o proletariado de sua solidariedade com as classes super-exploradas” (SARTRE, 1961c) argelinas.

No entanto, nem sempre a esquerda francesa foi desunida, como assegura Sartre. Ele traça um breve histórico das posições e da unidade da esquerda contemporânea durante a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, sob a Ocupação, as forças da Resistência foram unidas sobre “um programa nacional e particularista (expulsar os ocupantes da França) e não sobre um programa universalista e social” (SARTRE, 1959, p.14). Estes, para Sartre, são “dois fatos de aparência contraditória, mas, na realidade, complementares” (ibid., p.14). Desse modo “as condições da luta contra os inimigos ‘radicalizaram’ os resistentes; isso significa que o conjunto dos movimentos nacionalistas se ‘esquerdizaram’ à medida que seu combate se intensificava” (ibid., p.14). Assim, “em 1944, para quase todos os Franceses, o particularismo nacional estava indissolúvelmente ligado a um humanismo revolucionário. Sabe-se como a Direita, com a cumplicidade dos Americanos, concordou em roubar-lhe uma vez mais a vitória” (ibid., p.14).

Num segundo momento, para Sartre, permanece na posição da esquerda francesa face aos “blocos”

uma reafirmação do nacionalismo. Contra o Pacto Atlântico e suas conseqüências, a esquerda concebeu o que se poderia chamar uma Internacional dos Nacionalismos: a independência e a soberania nacional lhe parecia, em cada país, o único meio de frear o curso da guerra. Repetia-se de bom grado em torno de 1950 que, nesse momento histórico, o Nacionalismo é progressista. Ele teria sido, com efeito, se as nações tivessem sabido se deslocar dos conglomerados cegos e aterrorizados que as mantinham prisioneiras, para se reunir entre elas pelos pactos recíprocos de não agressão. O que deve contar para todos nós é que a FLN concebe a Argélia independente sob a forma de uma Democracia Social e que reconhece, em plena luta, a necessidade de uma reforma agrária. Qualquer que seja a origem desses combatentes, qualquer que possa ser para eles a importância da fé religiosa, as circunstâncias de sua luta os arrasta para a esquerda como fez a luta da nossa Resistência entre 40 e 45 (ibid., p.14).

²⁸ SARTRE, J.-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Comment faire face au terrorisme?”. *France-Observateur*, n. 576, 18 mai, 1961.

Uma importante idéia que se constata nas afirmações acima é que a prática política, para Sartre, *radicaliza* as posições dos agentes na sociedade. A radicalização dos combatentes argelinos engendra-se no curso da própria guerra que os “arrasta para a esquerda”. No entanto, para Sartre, o motivo fundamental que determina as divisões da esquerda na França, face ao problema argelino, se refere à desunidade dos interesses de classe entre o proletariado francês que se beneficia com o colonialismo e o colonizado super-explorado argelino.²⁹ A desunidade conduz ao “mutismo” das massas na França e “para compreender esse mutismo, é preciso olhar essas duas verdades essenciais: o colonialismo é um sistema; e a outra, que não há pauperização absoluta do colonizado” (ibid., p.14).

O operariado francês, para Sartre, “está protegido contra o desemprego como o patronato contra a ruína” (ibid., p.14), pois, “a possibilidade de produzir e de vender mercadorias maquinofaturadas em larga escala é tácita e rigorosamente impossibilitada à colônia pela metrópole” (ibid., p.14). Essa foi a imposição do sistema colonial instituído em fins do século XIX, “para regular as relações entre os países do grande capitalismo e os que se denominam hoje subdesenvolvidos”. O sistema engendra, desse modo, uma “solidariedade de interesses” não entre operariado francês e colonizados argelinos, mas entre patronato e operariado francês, quando este “se opõe à industrialização dos países subdesenvolvidos” (ibid., p.14).

Nessa esteira, Sartre afirma que “não são apenas as grandes indústrias de Dunkerke que vêem com maus olhos o ‘Plano de Constantine’, são também os operários”.³⁰ Sartre assim expõe a “solidariedade de interesses” entre patrões e operários franceses:

de uma maneira mais geral – no sistema colonial – tal como ele se apresenta na Argélia até 1939, nós somos obrigados a reconhecer que: 1º que uma parte dos operários trabalha para uma clientela colonial (colonos e indígenas); 2º que os suprimentos metropolitanos deixariam (pelo menos até 1914) às indústrias uma margem de lucros tal que os patrões poderiam, sob a pressão das reivindicações operárias, consentir aumento de salários real; 3º que certos produtos coloniais com bons preços fariam sua aparição nas lojas da

²⁹ Aliás, o mesmo argumento foi utilizado em *Orfeu Negro*, como vimos: o trabalhador europeu e o trabalhador negro são explorados em sua classe, daí a classe ser o critério unificador do objetivo: a luta pela dissolução da sociedade capitalista.

³⁰ O Plano de Constantine, de acordo com *Vérité-Pour*, é um plano de industrialização e de integração econômica para os capitais privados suscetíveis de se investir na Argélia. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l'Algérie*, n.3, 13 juin 1958.

metrópole, ameaçando os produtos franceses – quando ela teria de abaixar os preços para poder se alinhar com os deles. Ainda assim, o poder de compra, numa família de assalariados franceses, cresceria na mesma medida em que a do assalariado colonizado diminuiria (SARTRE, 1959, p. 14).

Diante do quadro, Sartre conclui com o diagnóstico realista: o operário francês – o fiel da balança, que poderia e deveria engendrar “a violência dos conflitos de classe” – “se encontra mais perto de seu patrão, no que concerne à exploração das colônias, não importa de qual ‘indígena’ colonizado” (SARTRE, 1959, p.14). Por isso a unidade de classe e a “comunidade dos interesses” entre o proletariado francês e colonizado argelino não se conclui, apesar de ambos sofrerem a exploração capitalista. Eis o que Sartre denomina como “um certo paternalismo da classe operária para com o colonizado argelino”, já que a classe operária

censurava a empresa colonial porque ela via na empresa colonial, com razão, uma nova forma e crítica do imperialismo capitalista, mas ela contava com a revolução socialista para suprimir de um mesmo golpe o capitalismo e a colonização. É este o velho e tenaz hábito que está na origem de nosso imobilismo atual. Sobre as colônias, o proletariado não tem tido, há muito tempo, mais que “idéias generosas”. Mas as idéias generosas são palavras, elas permanecem perfeitamente ineficazes enquanto são se apoiarem numa solidariedade real de interesses (SARTRE, 1959, p.14).

Diagnóstico realista, mas não fatalista. Seria então impossível contar com o proletariado francês e retirar-lo do seu “imobilismo”? (SARTRE, 1959, p.14).³¹ Não, para Sartre. O proletariado deveria “tomar consciência” seja “através das suas lutas concretas” seja através da sua informação e “instrução”. Eis porque o papel do intelectual é chave. Sartre concorda com a idéia de *Vérité-Pour* que tenta “formar grupos de militantes que podem, na ação, retomar a questão na base e efetuar o quanto possível a desmistificação” (ibid., p. 14) Ou seja, mais uma vez, Sartre exclui a mediação do partido político, essencialmente, do PCF, incapaz de ressuscitar e unificar a esquerda em prol da unidade de combate entre as classes exploradas francesas e argelinas contra o capitalismo em seu estágio imperialista colonialista. E Sartre conclui

se a esquerda deve poder renascer, são as massas que a ressuscitarão. E a questão fundamental, a que deve produzir uma outra esquerda e outros homens é a de dar às classes exploradas uma consciência

³¹ Pergunta-lhe seu entrevistador Francis Jeanson. Ibid., p. 14.

prática de sua solidariedade com os combatentes argelinos (ibid, p. 14).

Excluído o PCF, as massas deveriam ser as responsáveis pelo “renascimento” de uma “nova esquerda” que faria a mediação entre as classes exploradas e os combatentes argelinos com o objetivo de mostrar a solidariedade entre eles. O problema da desunidade da esquerda apontado por Sartre, de certa forma, pode ser confirmado por Jean Daniel, em 1960. Este autor afirma que a esquerda francesa não é anticolonialista por essência, nem em relação ao colonialismo em geral, nem, particularmente, em relação ao colonialismo argelino. O autor desenvolve um raciocínio engenhoso segundo o qual admite o igualitarismo da esquerda francesa, que se opõe à exploração econômica. Mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, ela é “ideologicamente imperialista”, cujo resultado, em relação à Argélia, é a sua opção pela “integração”. O internacionalismo chauvinista (patriótico) dos socialistas (ou o “paternalismo do proletariado” como afirma Sartre) – como durante tanto tempo, aliás, dos comunistas franceses – os conduz sempre a recusar o dogma leninista³² sobre a necessidade da etapa nacionalista nas revoluções coloniais. Daniel menciona o exemplo de Guy Mollet que “se situa em uma autêntica tradição de seu partido”, ao contrário de Antoine Pinay que “concedeu aos Marroquinos sua independência”. Com esses exemplos, Daniel quer mostrar que o anticolonialismo (de fato, não de doutrina) “não está, necessariamente, no mundo atual, na herança da esquerda dos países colonizadores”, pois, “não há, à esquerda, uma mística em favor da justiça individual, mas um instinto irresistível contra a independência nacional”. O autor conclui, nessa esteira, portanto, que o etnólogo Jacques Soustelle (Governador-Geral da Argélia entre 1955 e 1956) “não errou quando afirma que a integração é uma tese ‘de esquerda’”(DANIEL, 1960).

Para Sartre, a solidariedade entre o operariado francês e os colonizados argelinos definiria a sorte da Guerra da Argélia. Posicionar-se favoravelmente à independência da Argélia é, para Sartre, colocar-se ao lado dos países subdesenvolvidos e de sua luta pela emancipação é assumir uma posição internacionalista e, portanto, uma questão vital para a

³² Eis a tese leninista sobre a necessidade da etapa nacionalista nas revoluções coloniais: “não somente os socialistas devem exigir a libertação imediata, incondicionada, sem indenização, das colônias – e esta reivindicação, na sua expressão política, não significa nada além de que precisamente o reconhecimento de direito de autodeterminação – mas eles devem apoiar nos países, de forma mais decidida, os elementos mais revolucionários dos movimentos democráticos burgueses de libertação nacional, ajudá-los em sua insurreição e, conforme o caso, em sua guerra revolucionária contra as potências imperialistas que lhes oprimem”. (LÊNIN, V. “O proletariado revolucionário e o direito de autodeterminação das nações”. Apud *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*. In: SARTRE, J.-P. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*, n.9, 2 juil. 1959.

esquerda francesa. À época da guerra, os argelinos, a FLN, o próprio Sartre e muitos outros intelectuais falam em “Revolução Argelina”. Por um lado, o movimento revolucionário de libertação nacional, liderado pela FLN foi vitorioso, pela obtenção da independência em 1962, graças à guerra popular, isto é, “a unidade do Exército e do povo, a unificação, pois, do próprio povo” (SARTRE, 1968a, p. 186). Por outro lado, Sartre sabe que em lugar da efetivação do socialismo na Argélia, tal como esperava, a independência da Argélia redundou apenas numa “troca de soberanias”. Os vínculos econômicos permaneceram, perpetuando-se a dependência econômica e a miséria do povo argelino. A economia agrária, exportadora, especializada, o racismo e a miséria não desapareceram. Os “caros valores franceses” ainda continuavam “manchados de sangue” (ibid., p. 153).

Enfim, Sartre defende categoricamente que qualquer proposição de solução para a independência da Argélia é desastrosa se não levar em conta dois imperativos: “admitir sem reticências a autodeterminação, preconizar a ruptura dos laços coloniais e a destruição das estruturas coloniais na Argélia” (SARTRE, 1960, p.1). No entanto, continua Sartre, “sobre esses dois pontos a FLN não pode recuar, sem se admitir vencida e a esquerda francesa não pode transigir, sem se renegar politicamente” (ibid., p.1). Ora, a FLN recuou e, neste aspecto, foi derrotada, mas devemos reconhecer que a esquerda não havia selado seu destino com a derrota da Frente, como pensava Sartre. Por certo a esquerda ainda agoniza na França, segundo Sartre. Mas a esquerda não foi enterrada com a derrota da Frente. Maio de 1968 e a Guerra do Vietnã (1946-1975) lhe dariam uma nova oportunidade de unidade e de sucesso.

Referências Bibliográficas

BÉNOT, Yves. “A descolonização da África Francesa (1943-1962)”. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CONTAT, Michel; RYBALKA, Michel. *Les écrits de Sartre*. Paris: Gallimard, 1970.

DANIEL, Jean. “Socialisme et anticolonialisme”. *Témoignages et documents: sur la guerre em Algérie*, n. 23, mai 1960. *Spécial: “La gauche française et le FLN*.

“Déclaration sur le droit à l’insoumission dans la Guerre d’Algérie”. *Vérité-Liberté - Cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie*. Paris, n.3, juil-aout 1960.

FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. *História das Colonizações, das conquistas às independências (séculos XII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

“La constellation gaulliste: De Gaulle et la presse”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*. Paris, n.3, 13 juin 1958.

PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, 2005.

PRÉNANT, André. “Argélia 1830-1998: dos primórdios do capitalismo colonial à empresa monopolista de recolonização ‘globalizada’”. In: PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. “O genocídio”. *Les Temps Modernes*, n. 259, dec. 1967. In:_____. *Escritos Políticos. 2. Sobre el colonialismo*. Madrid/Buenos Aires: Alianza Editorial, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. “Pensamento político de Patrice Lumumba”. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968a.

SARTRE, Jean-Paul. “Uma vitória”. *L’Express*. Paris, n. 350, 6 mars 1965. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968b.

SARTRE, Jean-Paul. “Os sonâmbulos”. *Les Temps Modernes*. Paris, n.191, avr. 1962. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968c.

SARTRE, Jean-Paul. “As rãs que pedem um rei”. *L’Express*. Paris, n. 380, 25 sep. 1958. In:_____ *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*, 1968d.

SARTRE, Jean-Paul. “A constituição do desprezo”. *L’Express*. Paris, n.378, 11 sep. 1958. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968e.

SARTRE, Jean-Paul. “O pretendente”. *L’Express*. Paris, n. 362, 22 mai 1958. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968f.

SARTRE, Jean-Paul. “Prefácio ao ‘Os Condenados da Terra’ de Frantz Fanon”. *Les Temps Modernes*. Paris, n.137-138, jul-août 1956. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968g.

SARTRE, Jean-Paul. “Prefácio ao ‘Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador’ de Albert Memmi”. *Les Temps Modernes*. Paris, n.137-138, juil-août, 1956. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968h.

SARTRE, Jean-Paul. “O colonialismo é um sistema”. *Les Temps Modernes*. Paris n. 123, mars/avril 1956. In:_____. *Colonialismo e neocolonialismo. (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968i.

SARTRE, Jean-Paul. “Entretien – Sartre chez les étudiants”. Par Jean Naury. *L’Express*. Paris, 15 mars 1962a.

SARTRE, Jean-Paul. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre. Faut-il répondre à la violence par la violence?” *France-Observateur*. Paris, n. 613, 1 fév. 1962b.

SARTRE, J-P. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Jeunesse et Guerre d’Algérie”. Par K.S. Karol. *Vérité-Liberté - cahiers d’information sur la Guerre d’Algérie*, n.3, jui-août 1960, p. 1.

SARTRE, Jean-Paul. “Un appel à la lutte”. *Témoignages et documents: sur la guerre en Algérie*. Paris, n.32, nov. 1961a.

SARTRE, Jean-Paul. “Un entretien avec Jean-Paul Sartre: Comment faire face au terrorisme?”. *France-Observateur*. Paris, n. 576, 18 mai, 1961b.

SARTRE, Jean-Paul. “Entretien avec Jean-Paul Sartre”. *La Voie Communiste*. Paris, n. 20, fév. 1961c.

SARTRE, Jean-Paul. “Entrevista con los escritores cubanos”. In:_____. *Sartre visita Cuba*. Havana: Ediciones R., 1961d.

SARTRE, Jean-Paul. “L’interview de Sartre”. *Vérité-Pour: centrale de information sur le fascisme et l’Algérie*. Paris, n.9, 2 juil. 1959.

SARTRE, Jean-Paul. “Compte rendu de la conference de presse du vendredi 30 mai 1958 sur les violations des droits de l’homme en Algérie”. *Témoignages et documents: sur la guerre en Algérie*. Paris, n.5, juin 1958.

SARTRE, Jean-Paul. “A República do silêncio”. In:_____. *Situações III*, s/d.,